

Ruy Mauro Marini e a Revolução Russa: influências e reflexões

Carlos Serrano Ferreira¹

Resumo

Ruy Mauro Marini foi um dos mais criativos pensadores marxistas brasileiros, aliando seu compromisso prático com as revoluções mundial e latino-americana a uma criativa e antidogmática análise das condições concretas do capitalismo em nossa região e na periferia global. Por isso, não passou incólume às influências da principal experiência de transição socialista do século XX, a Revolução Socialista Russa. Este trabalho busca apresentar estas influências em vários campos de seu pensamento. No aspecto econômico, se pode traçar uma genealogia das reflexões marxistas sobre o desenvolvimento em geral, e na Teoria da Dependência em particular, ao “grande debate” sobre industrialização e transição ao socialismo na URSS dos anos vinte; bem como a influência metodológica e das análises radicalmente dialéticas de Lênin sobre o imperialismo e sobre o capitalismo russo e de Trotsky sobre o desenvolvimento desigual e combinado e a Revolução Permanente. No aspecto político, o confronto da experiência soviética com as revoluções posteriores, como a chinesa, a cubana, a nicaragüense e o processo chileno, bem como as diferenças na gestação do domínio burguês no seio do capitalismo comercial e do domínio proletário no capitalismo maduro industrial, lhe permitiram elaborar profundas reflexões sobre os dilemas, dificuldades e possibilidades do caminho da transição socialista e da construção de seu Estado. Entre os elementos discutidos por Marini estão as relações dialéticas entre socialismo e democracia, coerção e persuasão, vanguarda e massas e entre alianças e compromissos de classe.

Palavras-chave: Ruy Mauro Marini; Revolução Russa; Desenvolvimento; Dependência; Democracia.

Ruy Mauro Marini and the Russian Revolution: influences and reflections

Abstract

Ruy Mauro Marini was one of the most creative Brazilian Marxist thinkers, allying his practical commitment with the world and Latin American revolutions to a creative and anti-dogmatic analysis of the concrete conditions of capitalism in our region and in the global periphery. Therefore, he was influenced by the main experience of socialist transition of the twentieth century, the Russian Socialist Revolution. This work seeks to present these influences in several fields of his thought. On the economic side, one can trace a genealogy of Marxist reflections on development in general, and Dependency Theory in particular, to the "great debate" on industrialization and transition to socialism in the USSR of the twenties; as well as the methodological influence and

¹ Vice-coordenador do Laboratório de Estudos sobre Hegemonia e Contra-Hegemonia da UFRJ e membro do GT da CLACSO em Integração Regional. É Doutorando em Ciência Política pelo Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa, mestre em Ciência Política pela ULHT (Lisboa), especialista em Relações Internacionais pela UCAM e cientista social pela UFF. Lecionou, entre outras disciplinas na UFRJ entre 2015 e 2017, a cadeira de Política Internacional I (Marxismo e Relações Internacionais).

radically dialectical analyzes of Lenin on imperialism and on Russian capitalism and Trotsky uneven and combined development and the Permanent Revolution. On the political side, the confrontation of Soviet experience with later revolutions such as the Chinese, the Cuban, the Nicaraguan, and the Chilean process, as well as the differences in the gestation of bourgeois rule within commercial capitalism and the proletarian domination of industrial capitalism, allowed him to elaborate deep reflections on the dilemmas, difficulties and possibilities of the way of socialist transition and the construction of his State. Among the elements discussed by Marini are the dialectical relations between socialism and democracy, coercion and persuasion, vanguard and masses and between alliances and class commitments.

Keywords: Ruy Mauro Marini; Russian revolution; Development; Dependency; Democracy.

1 – Introdução

Ruy Mauro Marini, nascido no ano da Revolução Constitucionalista e mineiro de Barbacena, é “‘o mais latino-americano’ dos intelectuais acadêmicos” (NOÉ, 2012, s.p.). A sua obra é, sem dúvida nenhuma, “uma das mais importantes e originais do pensamento social e do marxismo no século XX” (MARTINS, 2013, p.15). Apesar disso, ou talvez por isso mesmo, é pouco conhecida no Brasil, apesar de seu pensamento ser “bastante difundido na América Latina” (MARTINS, 2013, p.15).

Este desconhecimento deriva-se de três fatores históricos (MARTINS, 2013). O primeiro, o golpe militar de 1964, que levou Marini ainda em seus primeiros passos intelectuais ao exílio, sendo reintegrado à UnB apenas em 1987. Contudo, dialeticamente podemos ver o momento positivo desse processo. O exílio forçado o levou a um percurso de vida e intelectual que de expatriado o fez latino-americano. A maioria dos intelectuais brasileiros se encerra em seu país continental e, pelo caráter dependente, voltam seus olhos para os países centrais, aonde buscam respostas alienígenas para seus dramas locais. Sua passagem ativa pelo processo chileno, e depois pela UNAM, no momento em que “a cidade de México se tornou o cenário de convergência de numerosos acadêmicos e cientistas latino-americanos” (NOÉ, 2012, s.p.) fez seu compromisso com a América Latina e com a libertação da região a base sobre a qual ergueu seu edifício teórico.

Ele esteve ligado diretamente às lutas mais avançadas dos anos 60, 70 e 80 na América Latina e aos seus processos revolucionários, seja como participante, como no Chile, seja como agudo observador – Nicarágua, El Salvador, Guatemala, etc. Por isso, como

segundo elemento a bloquear seu conhecimento está “a derrota dos movimentos revolucionários na América Latina, nos anos 1970, o que permitiu a rearticulação da ofensiva conservadora, limitando o isolamento ideológico das ditaduras” (MARTINS, 2013, p.15).

O terceiro elemento foi a vitoriosa “estratégia burguesa de redemocratização [, que] articulou um novo consenso ideológico e encontrou campo de atuação específico nas ciências sociais” (MARTINS, 2013, p.15). Esta, auxiliada no Brasil pela Fundação Ford, substituiu

o enfoque transdisciplinar que havia caracterizado o pensamento latino-americano dos anos 1950, 1960 e 1970, [e do qual Marini foi um dos expoentes] pelo analítico, que fragmentou as ciências sociais em disciplinas autônomas e desautorizou intervenções globais nas sociedades, limitando-se a gerenciar e acomodar dimensões sistêmicas específicas. (MARTINS, 2013, p.15)

Esta foi uma vitória burguesa na área acadêmica, pois a análise articulada das diversas esferas da realidade dos países latino-americanas leva ao questionamento sistêmico e tem afinidade eletiva com a estratégia revolucionária, enquanto o fracionamento analítico tem, por sua vez, afinidade eletiva com o reformismo – inclusive com o (contra)reformismo neoliberal. Este coloca o horizonte de adequações e ajustes de áreas, quando a visão articulada da totalidade demonstra a impossibilidade dessas reformas, tendo em vista a ação de cada uma das áreas no sentido do bloqueio do desenvolvimento independente. O marxismo enquanto a ciência da sociedade é a análise da totalidade concreta, já a ideologia é o fracionamento analítico da realidade².

Não por acaso, foi Fernando Henrique Cardoso o “pioneiro na articulação do papel que a Fundação Ford exerceu no Brasil e na América Latina” (MARTINS, 2013, p.15). O resultado disto

foi a formação de uma comunidade acadêmica liberal, comprometida com a dominação burguesa e subordinada à hegemonia estadunidense, mas que rechaçava a ditadura e, em menor grau, o imperialismo, enquanto formas políticas de exercício do poder. Esta comunidade consolidou posições na universidade brasileira e nos meios de comunicação de massa e se opôs à reintegração do enfoque latino-americanista à cultura política brasileira. (MARTINS, 2013, p.15-16)

Nesse processo se usaram armas não tão legítimas, como a extrema desonestidade intelectual de Cardoso. Este censurou o debate ao não publicar a resposta de Ruy Mauro

² Sobre isso, ver a crítica de Marx ao método da economia política burguesa que processa com a abstração da totalidade sem realizar um novo processo de síntese. Para Marx, seu método é distinto, pois realiza um processo sucessivo de aproximação da totalidade por sucessivas análises e sínteses. Veja-se Marx (2011, p.54-61).

à crítica à sua obra publicada no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) por Fernando Henrique e José Serra. Por sua vez, por outro lado, pontifica a extrema honestidade intelectual de Marini, que garantiu o debate com a publicação de todos os artigos no México. Com financiamento estadunidense, habilidade organizativa, a vantagem de ter podido retornar ao Brasil antes e práticas desse tipo, em nosso país, diferentemente do restante da América Latina, foi a vertente weberiana da teoria da dependência³, de Cardoso e Enzo Faletto, que se consolidou como hegemônica. Esta carrega toda sua rejeição à possibilidade revolucionária nos países periféricos, a impossibilidade da ruptura com a dependência e o imperialismo, restando “aceitar os novos marcos estruturais que se originam dos centros dominantes para buscar dentro deles a melhor inserção” (MARTINS, 2011, p.253), apostando na compatibilidade da democracia e da dependência⁴. Essa análise teórica desembocou – como não poderia deixar de ser – na onda neoliberal dos anos 80 e 90 e foi posta em prática nos dois governos de Fernando Henrique (1995-2002), com todos os perversos resultados sociais⁵ e retrocessos econômicos⁶.

Por sua vez, a vertente marxista da dependência afirma o socialismo como única saída viável para os dramas populares latino-americanos derivados da forma capitalista típica latino-americana, a dependente. Para os autores desta,

O capitalismo dependente é fortemente excludente, superexplorador e limitador da potencialidade de povos e países da região. Estas limitações são tão mais insustentáveis quanto mais os países centrais transferirem novas ondas tecnológicas aos países da

³ Há várias classificações sobre a Teoria da Dependência, como Kay (1989), Larraín (1989), Bresser-Pereira (2010), contudo concordamos com a classificação apresentada por Martins (2011, cf. p.229-265) de duas vertentes, a já citada weberiana, e a marxista, de Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Theotonio dos Santos e Orlando Caputo.

⁴ “Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto constroem a versão weberiana da dependência. Para estes, a dependência é o paradigma de desenvolvimento dos Estados periféricos. Por isto, fazem restrições aos modelos políticos que buscam condicionar as relações com o mercado mundial e seus principais atores ao exercício da soberania nacional, o que exigiria a forte presença reguladora do Estado. Nacionalismo, populismo e socialismo são descartados como propiciadores de alternativas de desenvolvimento para os países latino-americanos, uma vez que promoveriam o autoritarismo, o corporativismo e as dificuldades de diferenciação do sistema produtivo – isto é, a estagnação –, combinação articulada pela presença excessiva da burocracia estatal” (MARTINS, 2013, p.27).

⁵ Basta lembrar que em 2001 uma criança morria de fome a cada cinco minutos, dados que mostra a brutalidade do resultado dos governos tucanos.

⁶ “Analisando a globalização, Cardoso (1998) retifica em parte seu enfoque anterior fundado na dependência negociada. Ele assinala que a globalização universalizou a dependência. Esta não é mais de determinados Estados em relação a outros, mas dos Estados em seu conjunto face ao capital financeiro mundial. [...] Nesse contexto, a autonomia dos Estados periféricos seria reduzida ao mínimo. Poucos relevantes politicamente, herdaram a dependência anterior, restaria a eles aceitar o monitoramento de sua economia pelas finanças internacionais e se somarem às iniciativas de construção de regimes internacionais a serem estabelecidos sob a liderança dos países centrais. A desnacionalização seria o preço a pagar pelo desenvolvimento” (MARTINS, 2011, p.253-254).

periferia, impulsionando suas forças produtivas e, portanto, as condições objetivas para romper os vínculos internos e externos da dependência. Os autores propõem processos de transição ao socialismo para erradicar a superexploração, expandir o mercado interno e buscar escopos regionais para impulsionar o dinamismo econômico. Tal socialismo não teria como objetivo apartar-se da economia mundial, mas, sim, integrar-se a ela com soberania a partir da redefinição das relações de poder internas para reverter a sua condição periférica. (MARTINS, 2013, p.29)

As conclusões a que chegam obviamente não satisfazem ao status quo político e acadêmico, em particular na conjuntura contrarrevolucionária dos anos 80 e início dos anos 90, marcada pela derrota das experiências de transição socialista na Europa, o esfacelamento soviético e a ofensiva neoliberal.

Será apenas após seu falecimento, em 1997, e com o fracasso dos governos neoliberais que até o final dos anos 90 se tornará claro em todo o continente que, felizmente, há um resgate de sua obra no Brasil. Mais do que as sucessivas traduções que tem sido feitas, coletâneas⁷, artigos e livros, a prova do avanço da obra marinista no Brasil é o reconhecimento por dirigentes do Partido Comunista Brasileiro da importância da mesma, afirmando que “o resgate da sua obra e militância é uma necessidade teórico-política para os comunistas brasileiros” (SERRA; COSTA & CASTELO, 2013, s.p.). Ainda que tardia, é a aceitação da correção das posições de Marini sobre a Revolução Brasileira e do equívoco das posições que o partido adotou até seu XIII Congresso (2005), quando “o PCB rompeu com as ilusões terceiro-mundistas e nacionais-democráticas que foram características da esquerda no passado, e definiu claramente que a burguesia nacional não pode desempenhar nenhum papel em qualquer transformação social no País” (COSTA & GRABOIS, 2009, s.p.). Eduardo Serra, Ricardo Costa e Rodrigo Castelo (2013, s.p.) reconhecem o vanguardismo e originalidade de Marini e da POLOP:

Mas a opção de JK pela ampla abertura ao capital estrangeiro colocou por terra a defesa do “capitalismo nacional autônomo”, projeto que, segundo os desenvolvimentistas, convergiria os interesses da burguesia e da classe trabalhadora por meio do aumento do emprego e da distribuição da renda. A burguesia brasileira se tornou, de fato, sócia minoritária do capital internacional e abandonou, de vez, qualquer projeto de uma revolução nacional-democrática.

Tal avaliação, divergente das teses então dominantes no interior da esquerda brasileira, foi difundida pelo coletivo de que Marini fez parte. Ainda na França, ele entrou em contato com o grupo que editava, no Brasil, a revista Movimento Socialista, da juventude do Partido Socialista Brasileiro, que, mais tarde, formaria a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (POLOP). Esta corrente, com bases no Rio, São Paulo e Belo Horizonte, seria a expressão de uma esquerda revolucionária que discordava das teses

⁷ Bons exemplos são *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*, organizada por Emir Sader em 2000 e *Ruy Mauro Marini – vida e obra*, organizada por Roberta Traspadini e João Pedro Stédile em 2005.

nacional-democráticas defendidas então pelo PCB e proporia, de forma isolada nos anos 1960, a bandeira estratégica da Revolução Socialista no Brasil, sem a etapa democrático-burguesa.

Em 1962, Marini foi convidado para dar aulas na recém-fundada UnB, onde conviveu com André Gunder Frank, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra. Ali nasceu a chamada Teoria da Dependência, fazendo frente às teses dualistas (atraso x desenvolvimento) presentes tanto nas análises dos partidos comunistas⁸ quanto da CEPAL a respeito da realidade latino-americana. A nova teoria rejeitava categoricamente a ideia do desenvolvimento capitalista para superar o atraso econômico dos países periféricos, afirmando, pelo contrário, que a independência da América Latina frente ao imperialismo somente ocorreria com a supressão das relações de produção capitalistas, não com a sua expansão. Esta, no fundo, representaria o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Conforme Martins (2013, p.16) são quatro os principais temas da obra de Marini. Este tema do desenvolvimento é um dos enfoques centrais de seu pensamento, sendo a análise dos obstáculos do mesmo aos países latino-americanos o que o levou a desenvolver dentro da Teoria Marxista da Dependência os conceitos de superexploração do trabalho⁹ e subimperialismo. Ao lado deste se encontram a análise do modelo político latino-americano (em particular, o seu conceito de Estado de contrainsurgência); o pensamento latino-americano e “o socialismo enquanto movimento político, experiência estatal e civilizatória”.

É a articulação entre as lutas contra a dependência e pelo socialismo que enfeixa os demais e dá coerência a cada escrito de Marini. Ele é um autor marxista ortodoxo, original e fiel à “verdadeira substância (*gist*), a alma viva do marxismo – uma análise concreta de uma situação concreta” (LENIN, 1966, p.166¹⁰), não sendo este “um dogma morto, não é uma qualquer doutrina acabada, pronta, imutável, mas um guia vivo para a ação, precisamente por isso não podia deixar de reflectir em si a mudança surpreendentemente brusca das condições da vida social” (LÉNINE, 1910, s.p.) que diferencia o marxismo dos diversos dogmatismos que se disfarçam sob seu nome. Por isso, seu pensamento é uma reflexão profunda e criativa da realidade latino-americana e, particularmente, das experiências revolucionárias.

⁸ A influência da POLOP e do debate entre os revolucionários brasileiros e latino-americanos foi decisivo para a Teoria Marxista da Dependência. Segundo Marini, “A teoria da dependência nunca foi uma teoria acadêmica. Foi um esforço político. Uma tentativa de desenvolver uma teoria revolucionária não comunista” (CHILCOTE, 2012, p.103). Não comunista, obviamente, nesse caso se refere a uma teoria distinta dos partidos comunistas oficiais.

⁹ Um grande avanço posterior neste conceito é o modelo matemático apresentado em Martins (2009; 2011).

¹⁰ Como segundo as fontes e línguas há variações na grafia de Lênin, optamos por nas citações utilizarmos as grafias dos originais, por isso ele poderá ser encontrado como Lenin, Lenine e Lénine.

Para refletir sobre estas ele nunca perdeu de vista os processos revolucionários que ocorreram em outras regiões do mundo, como China e Vietnã. E, experiências não faltaram, afinal, “o século 20 foi um século tão revolucionário que a intensidade das transformações que ele testemunhou equivaleria, comparativamente, à de dois ou três séculos que o antecederam” (ARCARY, 2016, p.48-49). Porém, o diálogo será central com a primeira revolução socialista vitoriosa, a Revolução Russa, que completa este ano o seu centenário.

Este trabalho é uma primeira aproximação, que será aprofundada em trabalhos posteriores, sobre o pensamento político e econômico de Marini e como ele se entronca com a Revolução Bolchevique em sua obra. Por isso, abordaremos aborðará brevemente apenas dois aspectos. No primeiro ponto veremos as influências que a experiência soviética terá na origem dos debates em torno ao desenvolvimento e nas teorias desenvolvidas por Ruy Mauro. No segundo ponto se tratará das reflexões sobre a relação entre reforma, revolução e democracia no processo de transição socialista a partir de um debate central com o grande outubro.

2 – Desenvolvimento

Sem Revolução Russa não haveria debate sobre desenvolvimento. Esta afirmação é um exagero, é claro. Mas, ainda assim, por múltiplos fatores não é totalmente falsa. Ao menos, o debate sobre desenvolvimento não teria seguido o mesmo caminho. Vejamos o porquê.

Theotonio dos Santos (2015) aponta como grande fator conjuntural para o debate de desenvolvimento a descolonização afro-asiática no pós-Segunda Guerra Mundial, que terminará o processo de desconstrução dos impérios coloniais iniciado na guerra anterior. Os novos Estados que surgirão nas periferias do mundo seguirão, mesmo em suas desigualdades, caminho muito parecido com os dos países latino-americanos desde o século XIX: formalmente soberanos, mas dependentes economicamente. Esta realidade, ao lado das intervenções, agressões e pressões inglesas (até 1930) e depois estadunidenses, aproximarão as realidades latino-americanas dos novos Estados da periferia do mundo (SANTOS, 2015). Afinal, a nova hegemonia mundial estadunidense sentida agora no restante do mundo se deu a partir de uma primeira consolidação enquanto potência imperialista continental. A luta pelo desenvolvimento nacional será agora uma luta muito mais ampla, que abarcará a maioria da humanidade.

Neste aspecto, mesmo sendo certo que o processo de descolonização afro-asiático ocorreria mais cedo ou mais tarde, a existência da URSS acelerou o processo. Aqui é preciso frisar: o papel importante é o da existência da experiência soviética, não necessariamente da direção e da orientação da URSS, o que são coisas distintas. De fato, a partir da consolidação da direção stalinista com os Processos de Moscou (1936-1938) e o extermínio da velha guarda bolchevique, as mais importantes revoluções socialistas foram feitas por fora da orientação soviética (como Cuba) ou à revelia de suas orientações (como Iugoslávia¹¹ ou China). Era a existência da União Soviética que apontava um freio às pretensões imperialistas e estabelecia limites às ações imperialistas contrarrevolucionárias.

A própria experiência da Revolução Russa foi um marco, pois proclamou como princípio, ainda no I Congresso dos Sovietes (junho de 1917), depois consolidado no Estado Soviético, o direito à autodeterminação dos povos¹². Este se materializou não só em palavras, mas na prática, com as ações do Conselho do Comissariado do Povo que, já entre dezembro de 1917 e janeiro de 1918, promoveu uma reversão histórica na política de opressão nacional grão-russo e “proclamou a inteira independência da Finlândia, deu início à retirada das Forças Armadas da Pérsia e declarou o direito de livre auto-determinação da Armênia” (LENINE, 1918, s.p.)¹³.

Outra contribuição fundamental soviética, que garantiu de fato o processo de descolonização, foi a derrota imposta pela URSS às hordas nazifascistas^{14 15 16}, que

¹¹ Sobre o caso iugoslavo, entre outros casos de equívocos de orientação, desobediência e intervenções, ver em particular o segundo volume de Broué (2007).

¹² Os chamados 14 pontos do Presidente dos EUA Woodrow Wilson, além de serem propostos em discurso posterior à Revolução Russa, em janeiro de 1918, se posiciona claramente pela independência de nações europeias que estavam sob o jugo dos derrotados Impérios Centrais, a retirada das tropas destes de países da Tríplice Entente e seus aliados, mas é omissos em relação ao direito dos povos coloniais afro-asiáticos. De fato, a lenda em torno à defesa da autodeterminação dos povos nesses 14 pontos foi construída de forma a criar um suposto vanguardismo estadunidense e apagar a enorme contribuição soviética.

¹³ Esta declaração foi redigida por Lênin, aprovada com modificações pelo Comitê Executivo Central de toda a Rússia, apresentada e rejeitada na Assembléia Constituinte e finalmente aprovada pelo III Congresso dos Sovietes de Toda a Rússia.

¹⁴ Nas últimas décadas se iniciou um processo de revisionismo histórico que busca não só apagar o papel central da URSS na derrota do nazifascismo, pagando o custo da destruição material e da perda de mais de vinte milhões de seu povo, mas que afirma que esses regimes de terror são derivados da existência da URSS, colocando a responsabilidade indireta dos mesmos em Moscou! Uma excepcional resposta a todo esse lixo propagandístico revisionista se encontra na recente e brilhante obra de Losurdo (2017).

¹⁵ Da mesma forma, também há um enorme débito dos povos asiáticos da região do Pacífico em relação aos Estados Unidos pela derrota imposta ao imperialismo nipônico. Ainda assim, esta que foi a última ação progressista que se pode lembrar dos EUA, não ocorreu por motivos dos mais legítimos, mas em prol da defesa e consolidação de sua hegemonia imperialista na região. Por isso, os resultados

significavam não só a manutenção do colonialismo na periferia, como a repetição do mesmo na Europa Central e do Leste¹⁷.

Por sua vez, o exemplo soviético de rápida industrialização e sustentado crescimento econômico, mesmo durante os anos de depressão mundial da economia capitalista iniciado com a crise de 1929, leva a um desafio às concepções econômicas ortodoxas liberais dominantes. A URSS se apresenta como um modelo real possível de desenvolvimento para os novos Estados pós-coloniais, e mesmo para os já estabelecidos países dependentes latino-americanos. Já em 1936 os êxitos econômicos soviéticos eram admirados:

O mundo burguês começou por fingir que não via os êxitos econômicos do regime dos Sovietes, que são a prova experimental da viabilidade dos métodos socialistas. Perante a marcha do desenvolvimento industrial, sem precedentes na História, os sábios economistas a serviço do capital ainda tentam muitas vezes manter profundo silêncio, ou então se limitam a lembrar a ‘excessiva exploração’ dos camponeses. Perdem assim uma excelente ocasião de nos explicar por que razão a exploração desenfreada dos camponeses, na China, no Japão e na Índia, nunca provocou um desenvolvimento industrial acelerado, nem mesmo em grau diminuto, comparado ao da URSS.

Contudo, os fatos vão realizando a sua obra. As livrarias dos países civilizados são invadidas pelas obras consagradas à URSS. [...] A literatura ditada pelo ódio reacionário cego a essa produção ocupa um lugar cada vez menos importante; uma grande parte de obras recentes sobre a URSS apresenta-se, ao contrário, colorida de simpatia cada vez maior e até de admiração. (TROTSKY, 2005, p.39)

Não por acaso que, seguindo uma tradição eurocêntrica – que poderíamos remontar ao Iluminismo e ao colonialismo – que enxergava as potências ocidentais enquanto ápice do desenvolvimento humano e da modernidade¹⁸ e dissociava o atraso dos países periféricos do desenvolvimento destes, se chega ao ápice da teoria da modernização em

subseqüentes, que apagam o seu caráter progressista, está o crime nuclear do bombardeio ao Japão – desnecessário, desumano, contrarrevolucionário, uma demonstração de força à URSS; a ocupação permanente desse país pelos EUA; os apoios a golpes de Estado e regimes militares; as intervenções militares diretas, como no Vietnã e Afeganistão, ou desestabilizadoras indiretas, como no caso chinês e em Hong Kong; e o cerco permanente à República Popular Democrática da Coreia.

¹⁶ Apesar das enormes críticas que se podem fazer à Stálin, inclusive na preparação para a resistência à invasão nazista, deve se ressaltar o papel dirigente que assumiu após o início da Operação Barbarossa (*Unternehmen Barbarossa*) em 22 de junho de 1941. Generais não vencem ou perdem guerras, são os dirigentes políticos guiando seus povos que o fazem. Apesar de todos os seus crimes e equívocos, a humanidade sempre terá um enorme débito com Stálin pela sua direção do povo soviético na derrota do nazifascismo.

¹⁷ Sobre a similaridade e inspiração do colonialismo, inclusive da expansão para o Oeste Americano e o Genocídio Indígena, e o projeto nazifascista, veja-se o já citado Losurdo (2017). Como ele alerta, “[...] o horror [...] de que os judeus foram vítimas no século XX não pode ser adequadamente compreendido se a experiência deles for distanciada da tradição colonial que o Terceiro Reich quis retomar e radicalizar (proclamando ao mesmo tempo uma cruzada exterminadora contra os ‘bárbaros’ que questionavam aquela tradição)” (LOSURDO, 2017, p.252).

¹⁸ Escamoteando o barbarismo intrínseco a essas sociedades, que tem como melhores exemplos o processo de acumulação originária do capital, as sucessivas e sangrentas guerras europeias, a ação colonial e imperialista e o nazifascismo.

1960, com o livro de Walt Whitman Rostow, *The Stages of Economic Growth*¹⁹, que não por acaso trazia como subtítulo *A Non-Communist Manifest*²⁰. Traçava-se assim uma rota para a “modernização” e o desenvolvimento que retiraria os países “tradicionais”, “pré-capitalistas” e “atrasados” de seu subdesenvolvimento, sem ruptura com o capitalismo. O problema é que em nenhuma ex-colônia e mesmo nos países latino-americanos com altas taxas de crescimento o desenvolvimento ocorria, o crescimento significando apenas o aprofundamento da desigualdade e da miséria popular (SANTOS, 2015). O projeto nacional-desenvolvimentista aplicado nos anos 40 e 50, na América Latina com o processo de substituição de importação e industrialização chegou nos anos 60 aos seus limites, ainda que as teses críticas à economia neo-clássica por parte da CEPAL e de seus formuladores, Raúl Prebisch e Celso Furtado – que apontavam as limitações externas ao desenvolvimento produzidas pela deterioração dos termos de troca – estejam entre as fontes a partir da qual parte a teoria da dependência (BLOMSTRÖM; HETTNE, 1984).

Contudo, a segunda fonte apontada por Blomström e Hettne (1984) e que permite retrair novamente o caminho até à Revolução Russa e à União Soviética, é a influência do chamado neo-marxismo de Paul Baran e Paul Sweezy. Paul Baran lança em 1957 seu *The Political Economy of Growth*²¹ e que será fundamental na abertura do debate do subdesenvolvimento (PAULA, 2014). Ele terá, ao lado de Andre Gunder Frank, forte influência na Teoria Marxista da Dependência (TMD) (MARTINS, 2011). Na obra de 1957, a influência mais importante se dará em torno ao seu conceito de excedente econômico e as conclusões estratégicas para o qual ele converge, da necessidade de uma revolução socialista nos países periféricos:

[...] para Baran, os países subdesenvolvidos teriam seu excedente apropriado pelos investimentos estrangeiros e todo o sistema financeiro e comercial organizado em torno deles. Esses investimentos se vinculariam à montagem de um aparato produtivo e de serviços exportador, precariamente articulado ao mercado interno. Eles constituiriam um aporte inicial, que em parte é desembolsado para a compra de ativos nacionais – como as jazidas minerais –, mas ser descontinuariam, mantendo-se por meio de reinvestimento dos lucros gerados internamente. A precária vinculação à economia nacional conduz a excessos de importações que se acentuam com a manipulação de preços praticada na relação entre matrizes e filiais. O apoio financeiro surge como mais uma fonte de descapitalização. O

¹⁹ Publicado quase imediatamente no Brasil, em 1961, sob o título de *Etapas do Desenvolvimento Econômico*. Dista assim do original, que em uma tradução literal seria mais corretamente *Etapas do Crescimento Econômico*. Crescimento e Desenvolvimento já na época se dissociavam como conceitos distintos, o que deixa aqui um ensejo ao estudo dessa opção na tradução no contexto intelectual e político brasileiro da época.

²⁰ Um manifesto não-comunista, em português.

²¹ Publicado no Brasil com o nome de *A economia política do desenvolvimento* (BARAN, 1977).

resultado era para os países subdesenvolvidos a escolha entre sua submissão à ordem mundial capitalista e a revolução socialista que viabilizaria o desenvolvimento por meio do controle interno dos excedentes. (MARTINS, 2011, p.237-238)

O que poucos apontam é que Baran foi aluno de Ievguêni Preobrajenski na faculdade de economia de Moscou (HOWARD; KING, 1989, vol. 2, p.114). Este foi o pai do planejamento soviético e um dos líderes junto a Leon Trotsky da Oposição de Esquerda. Foi executado pelo stalinismo em 1937. Preobrajenski liderará a oposição à Nova Política Econômica (NEP) e defenderá a necessidade de uma acumulação socialista originária, à custa do setor capitalista camponês dos *kulaks* (camponeses ricos), gerando um excedente que permitiria não só a industrialização como o desenvolvimento do setor socialista estatal, e assim a progressiva superação da lei do valor pelo princípio da planificação (PREOBRAJENSKY, 1979; VASCONCELOS, 2014; PAULA, 2014). Este raciocínio segue a lógica de sua análise do capitalismo, de que a fase imperialista teria superado a livre-concorrência – o que é uma divergência em relação à Lênin, que não via contradição entre a existência de monopólios e concorrência – e por isso teria reduzido o papel da lei do valor com o fortalecimento da planificação do capitalismo estatal. Sua influência será marcante em Baran, não só pela concepção de excedente que depois este desenvolverá, como a de capitalismo monopolista de Estado (BARAN; SWEEZY, 1966)²².

Outra via de influência da Revolução Russa na Teoria Marxista da Dependência e no pensamento de Ruy Mauro Marini pode ser traçado pelo ambiente teórico e militante aonde se gestaram as reflexões que desaguariam na TMD: a POLOP.

Ainda que haja um grande debate sobre a influência específica de cada dirigente e teórico soviético sobre a POLOP, sobre qual seria o peso de Trotsky, de Bukharin ou de Lênin²³, a influência da experiência soviética – para o bem e para o mal, com todas as suas inflexões e fases – é inegável. Emir Sader afirma que havia nessa organização “a aceitação de Trotsky, Gramsci e outros, por que eles tendiam a reforçar as críticas à

²² Segundo Paula (2014, p.159), a contribuição de Preobrajenski também influenciou o stalinismo, onde “[...] a noção de capitalismo monopolista de Estado veio a se tornar um aspecto fundamental das posições “oficiais” de Moscou sobre o desenvolvimento capitalista e compôs, junto com o *unilinearismo* e o *dualismo* o arsenal fundamental do “marxismo-leninismo” dos PC’s para a análise do desenvolvimento [Grifos no Original]”. Obviamente essa convergência da influência de Preobrajenski com o unilinearismo e dualismo levará ao stalinismo a tirar conclusões completamente distinta de Baran e de seus discípulos.

²³ Sob a influência de Erich Sachs, dissidente comunista de origem alemã, a POLOP absorverá influências de uma tradição divergente à de Moscou no comunismo alemão, em particular de August Thalheimer com seu conceito de “cooperação antagônica”, que será base para a reflexão de Marini sobre o “subimperialismo” (VIEIRA, 2015), bem como influências luxemburguistas.

União Soviética e aos partidos comunistas ortodoxos” (CHILCOTE, 2012, p.102). Desta maneira, divergiram da ortodoxia stalinista – versão de esquerda da teoria da modernização – e afirmaram uma “linha de ação [que] se voltava precisamente contra as teses etapistas, dualistas e, ao final de contas, desenvolvimentistas do PCB naquele momento” (CASTELO, PRADO, s.d., p.13).

A influência de Lênin é a mais clara e admitida, ponto de convergência na POLOP e nos teóricos da TMD. Entre os elementos centrais da absorção do mesmo está a sua leitura clássica do imperialismo e da desigualdade estrutural no sistema internacional, que é incorporada e superada dialeticamente na TMD. Por sua vez, Paula (2014, p.159-161) afirma que as elaborações de Marini seguem uma vertente teórica influenciada por Bukharin e suas elaborações de 1917 em *Economia Mundial e o Imperialismo*, que teria proposto “que com a conclusão da partilha do mundo característica da fase imperialista do capitalismo havia [se] completado o processo de expansão do capital, com a formação do mercado mundial como sua totalidade concreta” (PAULA, 2014, p.159), e Marini teria também operado nesse nível de abstração da economia mundial enquanto “síntese das determinações advindas da esfera da produção (superexploração) com as da circulação (troca desigual, dissociação entre produção e consumo na economia subdesenvolvida), como também buscou Marx no livro 3 de O Capital” (PAULA, 2014, p.161).

Maior polêmica se dá em torno à influência de Trotsky. Mantega (1982), por exemplo, vai sugerir a influência da teoria do desenvolvimento desigual e combinado de Trotsky na obra de Frank e Marini, afirmando a similaridade do que chama de Modelo de Subdesenvolvimento Capitalista com as teses trotskistas. Há ao menos uma afinidade de modo de reflexão, como a Teoria da Revolução Permanente, como apontam também outros autores (CHILCOTE, 2012; MATTOSO; FRANKLIN, s.d.), mas que pode se dever apenas à aplicação criativa e rigorosa do materialismo dialético. O próprio Marini afirmou “ser evidente a influência trotskista na Polop” mas “sustentou que ela não era dominante” (CHILCOTE, 2012, p.102). Apesar ter traduzido “alguns textos de Trotsky e Lenin sobre o imperialismo” (CHILCOTE, 2012, p.102), não há quase referências ao pensamento de Trotsky e dos trotskistas em suas obras. Contudo, por vias transversas, via argentina, acaba por assumir influências, pois ele assinalou

a importância da revista argentina *Praxis* para a formação da Polop; um de seus integrantes, Marcos Kaplan, participou do primeiro congresso da Polop em janeiro de 1961: ‘Este foi o

início do nosso alcance internacional. O trabalho de Silvio Frondizi foi importante também para nós e para a teoria da dependência’. (CHILCOTE, 2012, p.103)

Silvio Frondizi foi um destacado marxista argentino, crítico ao Partido Comunista Argentino, que

inspirou-se nos escritos de Trotsky e concentrou-se nas questões do subdesenvolvimento e da dependência. Seu pensamento inicial apareceu em um ensaio sobre integração mundial e capitalismo (Frondizi, 1954), no qual enfatizou as contradições do imperialismo comercial britânico e do imperialismo industrial norte-americano. Ele também examinou os vínculos entre imperialismo e burguesia nacional em países coloniais e semicoloniais, o que o levou à crítica da burguesia nacional e da tese sobre a sociedade dual defendida pelos partidos comunistas na América Latina. (CHILCOTE, 2012, p.98-99).

Ele dirigiu “uma pequena corrente intelectual, *Praxis*, junto com os trotskistas Milcíades Peña e Nahuel Moreno (Hugo Bressano)” (CHILCOTE, 2012, p.99).

3- Reforma, Revolução, Via Pacífica ao socialismo e Insurreição Armada: o debate de Marini com a Revolução Bolchevique, contra os dogmatismos e o reformismo

Se a Revolução Russa foi uma influência indireta, por seu impacto na conjuntura internacional e nos debates teóricos sobre desenvolvimento, a reflexão de Marini sobre a transição socialista será um debate direto, claro e permanente.

Um dos melhores exemplos da influência e reivindicação da experiência soviética, em particular da práxis leninista (não-stalinista), está em um pequeno artigo aonde ele faz convergir suas idéias com as do grande líder revolucionário Vladimir Lênin, suas concepções de transição ao socialismo, ditadura e democracia operária. Trata-se de coluna publicada em uma quarta-feira, dia 9 de novembro, há quase quarenta anos, no jornal *El Universal*, do México. Em apenas 5 parágrafos, 47 linhas, ele consegue resumir e responder, ainda que não se dirigindo diretamente aos seus antagonistas, às várias polêmicas em torno ao processo revolucionário. Ele fará isso ao abordar e contrastar as apostas de Lênin antes da Revolução de Outubro e os rumos que esta tomou. O título sintetiza isto: *Octubre: la revolución que Lenin deseó*²⁴. Nele Marini estabelece qual era o caminho desejado por Lênin e qual foi o caminho a que ele foi forçado a tomar e que a revolução efetivamente seguiu – ainda que contrariando os desejos iniciais. Esta é uma perspectiva sempre presente e Marini sobre as experiências socialistas e processos revolucionários: seus resultados e caminhos não dependem dos desejos de líderes ou de esquemas prontos – contra os quais Marx e Engels já tinham se

²⁴ Outubro: a revolução que Lênin desejou, em português.

insurgido no século XIX em seu embate contra os socialistas utópicos – eles são produtos de contingências históricas. Por exemplo, ao tratar da crise polonesa de 1981, ele afirmava:

La lección que hay que sacar de allí (no es la de recurrir a caracterizaciones vagas como la de sociedad post industrial o post capitalista, que no dicen nada (como no puede decir la de sociedad post feudal); no es en suma la de negar que haya socialismo en Polonia: es más bien la de reconocer que el socialismo se realiza históricamente de forma imperfecta y contradictoria y que sus contradicciones pueden engendrar efectos tan terribles como el golpe polaco del 13 de diciembre. Es la de alertarnos sobre la necesidad de considerar a la revolución proletaria, en su desarrollo histórico, como un proceso que se critica y se rehace todos los días, estando lejos todavía el día en que podamos levantarnos y gritar, jubilosos: ¡Bien has hozado viejo topo! (MARINI, 1982, p.64)

Esta conclusão da variabilidade de caminhos e da “impureza” das transições socialistas é extraída das experiências históricas. não só das revoluções comunistas e dos Estados Operários, mas, tal qual Marx, Engels e Lênin fizeram antes, da análise das revoluções burguesas^{25 26}. No sentido abordado aqui, ele tratará em *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*, de 1981:

Otra característica de la revolución burguesa, que hay que tener presente, es que está conformada por una serie de procesos nacionales específicos, con toda una serie de condiciones propias, digamos “impuros”. Ninguno de esos procesos nacionales es una revolución burguesa que pudiera diseñarse abstractamente, en función de lo que debe ser una revolución burguesa. Cada proceso se hizo según las condiciones de la lucha de clases que existía en cada país.

Dos três exemplos clássicos analisados por ele, citemos apenas o inglês para entender seu mecanismo de raciocínio:

En la revolución inglesa, el proceso revolucionario va a ser liderado por una fracción de la aristocracia que se había aburguesado, por decirlo así, a raíz del proceso de acumulación originaria. El bloque revolucionario está integrado por sectores campesinos subordinados a la nueva burguesía agraria, además, por sectores artesanales urbanos y algunos sectores manufactureros de la burguesía. Es significativo que, en la revolución inglesa, la hegemonía de la fuerza social revolucionaria es la fracción agraria de la aristocracia, transformada en

²⁵ As revoluções são experiências contemporâneas da ascensão burguesa. E, mesmo assim, é apenas no processo da Revolução Francesa que há o entendimento real do caráter de ruptura histórica, não de mero restabelecimento do passado (como foram enxergadas por seus contemporâneos as revoluções inglesa e estadunidense) (ARENDR, 2011; WALLERSTEIN, 2003). Porém, mesmo transições entre sistemas não foram comuns: “Ei-nos diante dos dois padrões: passagens catastróficas, por choque exógeno, e transições endógenas. Até a transição do feudalismo ao capitalismo, houve *muito mais colapsos do que transições*. A transição burguesa combinou um processo secular de passagem econômico-social endógena, com bruscas acelerações político-sociais, mas introduziu elementos de crescente consciência (uma nova primazia da política e da luta de classes), ao que em transições anteriores foram processos ‘catastróficos’ (porque essencialmente inconscientes e, portanto, aleatórios). [Grifos no Original]” (ARCARY, 2016, p.55).

²⁶ Porém, apesar de analisar as revoluções burguesas para extrair lições para as transições socialistas, uma destas lições será exatamente que “La revolución proletaria presenta rasgos absolutamente distintos al proceso de la revolución burguesa. Uno de estos rasgos tiene que ver con las condiciones del surgimiento del nuevo modo de producción.” (MARINI, 1981, s.p.). Estas diferenças e suas consequências para a análise marinista da revolução e transição socialista serão trabalhadas por nós em futuro artigo.

nueva burguesía, que se enfrentaba a la antigua aristocracia terrateniente aliada de algunos sectores del capital comercial. El proceso revolucionario se desarrolla de una manera muy contradictoria y hasta confusa, cuyo resultado no va a ser una victoria absoluta de la burguesía. Recordemos que se trataba de la primera revolución burguesa. Yo creo incluso que el proyecto de conquistar el poder no podía objetivamente ser formulado en forma clara por la burguesía. Lo que hace es resolver el proceso revolucionario mediante un compromiso, llamado ‘revolución gloriosa’, entre las dos grandes fracciones agrarias: la fracción terrateniente y la burguesa. Este compromiso fue favorecido por el aburguesamiento también de la fracción terrateniente ocurrido a lo largo de los cuarenta años del proceso revolucionario inglés. De esta manera vamos a tener en lo esencial un Estado burgués que, sin embargo, mantiene a la vieja aristocracia en proceso de aburguesamiento como la fuerza hegemónica; eso es lo que da como resultado una forma particular de Estado burgués, que fue la monarquía constitucional con su división en dos cámaras: la Cámara de los Lores, donde predominaba la aristocracia feudal terrateniente, y la Cámara de los Comunes, donde estaba representada la burguesía. La primera etapa de ese Estado se va a caracterizar por el predominio de la cámara de los Lores. El proceso posterior fue la progresiva transformación del Estado desde dentro, con el progresivo predominio de la Cámara de los Comunes. Ese Estado, pues, tiene la particularidad de responder en lo esencial a los intereses de la burguesía emergente, pero quedando en manos de la aristocracia feudal. Es la aristocracia la que provee de cuadros para el gobierno, la diplomacia y las fuerzas armadas del Estado. *La revolución burguesa en Inglaterra se desarrolla en una forma impura y muy compleja.* [Grifo nosso.] (MARINI, 1982, s.p.)²⁷

Retornando ao artigo sobre os sessenta anos da Revolução Bolchevique – dois dias antes de sua publicação se completara a efeméride – ele principia recordando aquele que foi “el más grande genio político de nuestro siglo [XX]: Lenin” (MARINI, 1977, s.p.). Contudo, ele demarca sua diferença com o culto à personalidade e a tradição stalinista, ao afirmar que “este juicio sólo tiene validez si lo contemplamos en toda su dimensión y no a través de los estereotipos que sobre él se han construido” (MARINI, 1977, s.p.). Parece aqui reverberar o próprio conselho que Lênin certa feita afirmou que gostaria de dar aos comunistas “de esquerda” que tanto elogiavam aos bolcheviques: “louvem-nos

²⁷ Não deixa de ser curioso ver como ele desenvolve de forma similar sua análise a de um trotskista estadunidense: “Se analisarmos a estrutura social da Grã-Bretanha contemporânea, poderemos ver que a mesma conserva características de três períodos histórico-sociais distintos, inextricavelmente relacionados. No cume de seu sistema político há uma monarquia e uma igreja estabelecidas, ambas herdadas do feudalismo. Estas estão conectadas à estrutura de propriedade capitalista monopolista pertencente à etapa mais elevada do capitalismo. Junto a essa indústria capitalista existe a indústria socializada, sindicatos e um partido trabalhista, todos precursores do socialismo.” (NOVACK, 1968, sp.). É claro que em Marx e Engels, em seu materialismo dialético, o aspecto desigual e combinado já está presente, mas de fato é com Trotsky e alguns de seus discípulos, como George Novack – ao contrário da maioria, que se tornou dogmática e esquemática – que se encontra o desenvolvimento mais criativo desse aspecto do marxismo. Por fora dessa tradição, Ruy Mauro Marini – apesar de não reivindicar o trotskismo – partindo diretamente da análise do materialismo dialético, segue o mesmo caminho original. O caso dele é a prova prática intelectual da lei do desenvolvimento desigual combinado: de pontos de partidas distintos e desiguais se alcança o mesmo sentido. Ressalte-se que tanto Trotsky como Marini partem de realidades periféricas – o primeiro, da periferia da Europa e o segundo, da periferia do mundo – e isto impõe aos mesmos enfrentar com o arsenal marxista realidades que não seguem os esquemas mais desenvolvidos do capitalismo – que como vimos, nem mesmo a Inglaterra seguia. Da mesma maneira Lênin o fará, Mao Tsé-Tung, Mariátegui e outros. Como uma vez em aula no ISCSP, na Universidade de Lisboa, chamou a atenção o professor doutor José Adelino Maltez, é de fora do centro dos sistemas que veem as transformações e os grandes líderes. De fato, é preciso lembrar que mesmo Marx e Engels não vieram do centro do capitalismo de seu tempo, mas da sua periferia, da Alemanha. Os exemplos neste sentido são intermináveis: Napoleão era corso, Getúlio era gaúcho, Salazar de Santa Comba Dão, Franco galego, Stálin georgiano, e um longo etc.

menos e tratem de compreender melhor a nossa tática, familiarizar-se mais com ela!” (LÉNINE, 1920, cap.7).

Neste artigo, claramente ele objetiva combater as concepções dogmáticas que converteram as contingências do caminho violento, da insurreição armada e da guerra civil, bem como da estatização maciça da economia russa, em modelo a ser seguido e reproduzido inevitavelmente em todo o mundo. Em outro artigo ele critica diretamente esta concepção

Esto nos permite observar lo erróneo del intento de erigir algunas formas particulares en modelo para otras revoluciones. Porque así como se tomó a la revolución francesa como modelo de revolución burguesa, descalificando como tal a todo proceso que no se pareciera a ese modelo, así también se ha dado en el marxismo el intento de erigir, por ejemplo, a la revolución rusa como modelo de la revolución proletaria. Ciertos fenómenos que eran específicos de las condiciones en que el proletariado ruso hizo su revolución fueron tomados como leyes generales de la revolución proletaria. (MARINI, 1981, s.p.)

Note-se, no entanto, que ele aponta no artigo de 1977, que a perspectiva de Lênin era bem distinta, tanto antes, como depois do processo. Antes,

[...] en plena oleada revolucionaria y a escasos días de imponer a su partido la decisión del levantamiento insurreccional para la toma del poder, Lenin realizó un supremo esfuerzo por asegurar el desarrollo pacífico de la revolución rusa. Para ello, propuso a los socialistas revolucionarios y los mencheviques, que compartían con los bolcheviques el liderazgo de las masas, un compromiso. Este consistía en que, a cambio de que esos partidos se constituyeran en gobierno responsable ante los soviets, los bolcheviques le darían su apoyo a ese gobierno y renunciarían a los métodos revolucionarios para asegurar la transferencia de poder al proletariado y al pueblo. (MARINI, 1977, s.p.)

Lênin assim procurava não só “el entendimiento de las fuerzas populares, sino que pretendía lograr la instauración del socialismo con el mínimo de sacrificio” (MARINI, 1977, s.p.). Sua aposta não foi bem-sucedida, como sabemos.

Años más tarde, siendo ya la revolución una realidad, Lenin podría decir que fue el rechazo al compromiso propuesto a los demás partidos populares lo que lo decidió a impulsar, con su partido, la insurrección armada, como vía de instauración del Estado obrero. Y que fue la resistencia de la burguesía a su política de construcción gradual de una economía socialista, bajo la conducción del Estado obrero, lo que condujo a su expropiación generalizada y a la guerra civil, haciendo más difícil y costoso el logro de los objetivos a los que él dedicara toda su vida. (MARINI, 1977, s.p.)

Com esta constatação Marini não está fazendo um elogio ao reformismo, que o conjunto de sua obra e sua trajetória revolucionária nega, mas a constatação bem leninista da flexibilidade tática nos marcos de uma rigidez estratégica, sendo vários os caminhos que a realidade de correlações de forças de classe permitem.

Es así como, aunque no fuera, ni mucho menos, un pacifista o un gradualista, Lenin sí aspiró a la revolución pacífica y a la instauración gradual del socialismo. Su grandeza está

en el realismo con que concibió sus deseos y en el hecho de haber sabido abandonarlos ante una realidad rebelde a su consecución. (MARINI, 1977, s.p.)

Marini tratará sobre a possibilidade teórica da transição pacífica ao socialismo sob condições específicas e hipotéticas futuras. Esta aposta foi feita mesmo por Marx em seu discurso ao Congresso de Haia, em 1872, mas no mesmo sentido da adaptação às realidades particulares:

O operário deve tomar um dia a supremacia política para assentar a nova organização do trabalho; deve derrubar a velha política que sustenta as velhas instituições, sob pena de nunca ver, tal como os antigos cristãos, que a tinham desprezado e desdenhado, o seu reino deste mundo.

Mas de modo nenhum pretendemos que para chegar a esse objectivo os meios fossem idênticos.

Sabemos que há que ter na devida conta as instituições, os costumes e as tradições dos diferentes países; e não negamos que existem países como a América, a Inglaterra, e se conhecesse melhor as vossas instituições, acrescentaria a Holanda, onde os trabalhadores podem atingir o seu objectivo por meios pacíficos. Se isto é verdade, também devemos reconhecer que na maior parte dos países do continente a força é que deve ser a alavanca das nossas revoluções; é à força que se terá de fazer apelo por algum tempo a fim de estabelecer o reino do trabalho. (MARX, 1872, s.p.)

Engels (1891, s.p.) em seu *Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891* (programa de Erfurt), adiciona a França e exclui a possibilidade no caso alemão:

Pode conceber-se que a velha sociedade possa crescer pacificamente para a nova em países onde a representação popular concentre em si todo o poder, onde constitucionalmente se possa fazer o que se quiser desde que se tenha atrás de si a maioria do povo: em repúblicas democráticas como a França e a América, em monarquias como a Inglaterra, onde a iminente abdicação da dinastia a troco de dinheiro [*Abkaufung der Dynastie*] é diariamente falada na imprensa e onde essa dinastia é impotente contra a vontade do povo. Mas, na Alemanha, onde o governo é quase todo-poderoso e o *Reichstag* e todos os outros corpos representativos estão sem poder efectivo, proclamar algo de semelhante, na Alemanha, e ainda por cima sem ser preciso, significa tirar a parra ao absolutismo e pôr-se a si mesmo à frente da nudez [Colchetes no original].

É claro que esta perspectiva otimista foi negada pelo processo posterior da luta de classes, aonde nenhuma revolução conseguiu se realizar de forma pacífica, e a democracia liberal se mostrou um regime extremamente resistente às demandas populares por mais poder, se convertendo em uma ditadura (quase) perfeita da burguesia.

A perspectiva de Marx e Engels de possibilidade de uma transição pacífica nacional levava em conta os elementos específicos de realidades nacionais. Da mesma forma, era essa a perspectiva que levou à Lênin imaginar pouco antes da insurreição armada uma transição pacífica ao socialismo:

El aislamiento en que se encontraban entonces la burguesía y los terratenientes, tras el intento contrarrevolucionario fracasado del general Kornilov, y la creciente influencia de los bolcheviques en los soviets eran las condiciones objetivas en que se basaba Lenin para esa propuesta de compromiso, a principios de septiembre. Desde su punto de vista, un gobierno de ese tipo, al mismo tiempo que representaría un régimen democrático, con garantía de acción para los bolcheviques (que se encontraban entonces en la ilegalidad), expresaría la alianza amplia de las fuerzas populares y la posibilidad de que estas dirimieran pacíficamente sus divergencias ante las masas. Escribía Lenin: ‘Sólo en nombre de este desarrollo pacífico de la revolución, posibilidad extraordinariamente rara en la historia y extraordinariamente valiosa, excepcionalmente rara; sólo en nombre de ella pueden y deben, a mi parecer, los bolcheviques-partidarios de la revolución mundial y de los métodos revolucionarios – aceptar tales compromisos’. (MARINI, 1977, s.p.)

A perspectiva de Marini é distinta, pois, como já dito, ele pôde observar as experiências históricas anteriores, privilégio que nem Marx, nem Engels, nem Lênin tiveram. Seu enfoque é de fato sistêmico, considerando não as instituições e a luta de classes nacionais, mas a articulação entre a esfera nacional e o nível internacional:

Por otro lado, interviene la fuerza de la burguesía internacional, y eso el caso chileno lo mostró muy claramente. Por ello, pese a que los procesos de la revolución proletaria tienen un marco nacional, la burguesía —que es una clase internacionalizada— tiene condiciones para mantenerse en el poder, aun cuando la correlación de fuerzas internas le es desfavorable en un momento dado. (MARINI, 1981, s.p.)

Sendo justo com Lênin, Marini também afirma que o russo também acaba descartando a via pacífica, exatamente por que tratará desse enfoque sistêmico:

É essa revolução necessariamente violenta? Marx admitia a possibilidade do caminho pacífico, baseado no compromisso, em países sem grande desenvolvimento da burocracia e do exército —ou seja, em países onde o Estado burguês não alcançara ainda plena maturidade. Em sua análise do problema, Lenin parte da visão do capitalismo em sua fase imperialista para sustentar que a via pacífica encontrava-se cancelada precisamente nos países onde parecera a Marx mais praticável (nos Estados Unidos, por exemplo). As reflexões posteriores de Lenin, retomadas pela III Internacional, farão do imperialismo a pedra de toque da estratégia da revolução violenta, que se estende ao Terceiro Mundo. (MARINI, 1992, s.p.)

É unicamente na possibilidade futura de uma mudança de correlação de forças internacional que poderia se colocar de fato a via pacífica para o socialismo, ainda que estejamos muito longe disto – o que era verdadeiro na época em que ele escrevia, quanto mais hoje, após os retrocessos no campo socialista:

Esta idea nos lleva a reflexionar que si hubiera un cambio de la correlación de fuerzas a nivel internacional, que pusiera al capitalismo en posición de inferioridad frente al socialismo, se abrirían las posibilidades de revoluciones relativamente pacíficas en el plano nacional. Pero tal situación es prácticamente imposible mientras la burguesía se mantiene como fuerza dominante en el plano internacional. (MARINI, 1981, s.p.)

E, desta maneira, ele encerra a discussão sobre a dialética entre reforma e revolução, insurreição e via pacífica, com uma conclusão que segue diretamente a experiência da Revolução Bolchevique e a perspectiva leninista: a tomada do poder é o momento

decisivo de transição. As reformas só alteram a realidade das relações de classe quando são feitas sob o comando político do proletariado em seu Estado:

Esta visión de la revolución socialista como proceso histórico nos permite, en cierta manera, superar la confrontación tradicional entre reforma y revolución, entre el cambio gradual y el cambio violento, entre los métodos parlamentarios y la lucha armada, etc. Analizando la realidad, los cambios sociales, las revoluciones no se hacen de manera ininterrumpida, sino que pasan por periodos de rupturas, de cambios bruscos que expresan los desplazamientos de las clases, el cambio de una clase en el poder por otra. Las reformas se realizan bajo la dominación de la antigua clase expresando las condiciones que tiene la clase revolucionaria para arrancar esas reformas a la clase dominante, expresan pues un proceso de acumulación de fuerzas de la clase revolucionaria; pero no cambian radicalmente la situación entre las dos clases, o sea, mantiene el esquema de dominación vigente. Pero distintas son las reformas que la clase revolucionaria impone una vez que ella detenta el poder, pues lo hace a partir de una nueva dominación de clase. Mediante este enfoque es posible disipar ciertas confusiones siempre planteadas por el reformismo. Por ejemplo, en el caso de Chile, la idea de que era posible llegar a un cambio radical mediante una acumulación de reformas, sin contemplar qué significaba la toma del poder y la posibilidad de hacer cambios mucho más radicales a partir del poder. Ese planteamiento llevó a una enorme confusión entre lo que era la toma del poder y las tareas de la transición. Las tareas de la transición sólo se pueden cumplir desde el poder, mediante reformas impuestas y no mediante reformas arrancadas. (MARINI, 1981, s.p.)

4 – Conclusão

Este breve artigo teve a intenção de realizar uma dupla homenagem: aos vinte anos da morte de Ruy Mauro Marini e aos cem anos da Revolução Russa. Dentro dos limites existentes e do atual estágio de pesquisa, cremos que este objetivo foi alcançado, ao mostrar a vitalidade das duas experiências, em particular a vitalidade do encontro das duas. A criatividade de Lênin e da Revolução Bolchevique, primeira transição socialista do mundo, é provada não só pelos fantásticos feitos práticos, ao arrancar das trevas semi-feudais um povo inteiro, mas também pelas possibilidades históricas de análise e pelos desafios impostos ao imperialismo no mundo. A União Soviética criou um novo ambiente que permitiu inclusive a povos relegados há séculos à posição de subalternidade e perifericidade a possibilidade de sonhar vôos mais altos de liberdade, de uma segunda independência, libertando-se do jugo do imperialismo e da dependência. É aí, via o debate do desenvolvimento e da revolução, que na América Latina encontraremos aqueles abertos à essa influência revolucionária, a escutar seus ecos, para além dos dogmatismos e burocratismos que mataram essa revolução. Porém, nem todos foram capazes de realizar o devido balanço, a devida reflexão que o leninismo exigia frente aos gigantescos obstáculos que se impunham à revolução, à libertação popular e de nossa América. Entre estes, com seu devido lugar reservado, está Ruy Mauro Marini.

Nas reflexões de Marini – e está é a tese com a qual terminamos este artigo, deixando em aberto para futuros escritos o aprofundamento desta questão – nas suas reflexões sobre a Revolução Russa e as outras revoluções, vitoriosas ou derrotadas, que podemos encontrar um antídoto para os dogmatismos do passado, e aos “reformismos” do presente, que nos levaram ao aparente beco sem saída que nos encontramos no Brasil. Marini faleceu pouco depois da derrota histórica da experiência soviética. No entanto, nos legou suas brilhantes análises que, olhando sobre o passado sem a expectativa de encontrar caminhos prontos, aponta o socialismo enquanto larga transição histórica. Afinal,

Não é, pois, tarefa simples apagar o socialismo da história e muito menos convencer a imensa maioria da humanidade, para quem a solução dessas questões aparentemente primárias está ainda pendente, que o socialismo não foi mais que o equívoco daqueles que não compreenderam que a história havia acabado. Para essa humanidade explorada e carente, a história nem sequer começou. O camponês nordestino tenta entrar nela todos os dias, amontoando-se nos paus-de-arara, para descobrir, nas favelas do Rio ou de São Paulo, que a entrada continua a lhe ser negada. A segunda consideração sobre o que ocorre no mundo socialista implica perguntar-se se a crise do chamado "socialismo real" invalida a busca de formas superiores de organização social, a que assistimos há quase dois séculos, e lhe põe fim, ou se representa antes mais um desses momentos de radical autocrítica, que estão presentes em toda a história do socialismo e dos quais ele emergiu com criatividade renovada. Foi assim após a derrota da Comuna de Paris e a dissolução da Primeira Internacional, do que surgiria a difusão do movimento socialista na Europa e a fundação da Segunda Internacional. Foi assim quando, ante os acontecimentos da guerra mundial, a Segunda Internacional se dividiu para defrontar-se, em seguida, com a primeira revolução socialista vitoriosa na Rússia e com a formação da Internacional Comunista. Foi assim depois de Yalta, quando, insurgindo-se contra os limites que o compromisso entre soviéticos e norte-americanos queria impor-lhes, iugoslavos e chineses proclamaram seu direito à revolução socialista. Foi assim, na América Latina, até o povo cubano dar ao traste com improbabilidades teóricas e geográficas e, em todo o mundo, até o Vietnã apontar com o dedo a nudez do imperialismo.

É porque sabia disso que Marx podia comparar a revolução socialista a uma toupeira, que passa boa parte de sua vida trabalhando as entranhas da terra. Mas é por isso também que, num período como este, ele afiava a arma de sua crítica, dedicando-se à sua obra maior, ao mesmo tempo que se comprometia inteiramente com as novas formas que assumia então, com os partidos operários, o desenvolvimento do socialismo na Europa. (MARINI, 1992, s.p.)

Marini deve muito à Revolução Bolchevique. Nós latino-americanos devemos muito à Ruy Mauro Marini e à Revolução Russa. Porém, antes de tudo, parafraseando o conselho dado pelo próprio grande artífice de Outubro, devemos louvá-los menos e estudá-los mais.

Bibliografia

ARCARY, V. *O martelo da história*. São Paulo: Sundermann, 2016.

ARENDDT, H. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

BARAN, P. *A economia política do desenvolvimento*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1977.

_____; SWEEZY, P. *Monopoly Capital: An Essay on the American Economic and Social Order*. New York: Modern Reader Paperback, 1966.

BLOMSTRÖM, M; HETTNE, B. *Development Theory in transition: the dependency debate & beyond: Third World Responses*. Londres: Zed Books, 1984.

BRESSER-PEREIRA, L. C. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v.38, p.17-48, jul./dez. 2010.

BROUÉ, P. *História da Internacional Comunista*. São Paulo: Sundermann, 2007. 2 v.

CASTELO, R. e PRADO, F. C., *Para a crítica da economia política desenvolvimentista: aproximações heterodoxas ao marxismo latino-americano*. Disponível em: http://www.secep.com.br/arquivos/Para_uma_cr%C3%ADtica_da_economia_pol%C3%ADtica_desenvolvi_mentista.pdf. Acesso em 3 de mar. 2017.

CHILCOTE, R. H. Trotsky e a teoria latino-americana do desenvolvimento. *Crítica Marxista*, Campinas, n.34, p.87-110, 2012.

COSTA, E; GRABOIS, I. *As diferenças entre PCB e PCdoB*. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&id=1736:as-diferencas-entre-pcb-e-pcdob. Acesso em: 5 de jul. 2017.

ENGELS, F. *Para a crítica do projecto de programa social-democrata de 1891*. 1891. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1891/06/29.htm>. Acesso em: 12 de jul. 2017.

HOWARD, M.C.; KING, J.E. *A history of marxian economics*. Princeton: Princeton University Press, 1989. v.2.

KAY, C. *Latin American Theories of Development and Underdevelopment*. Londres: Routledge, 1989.

LARRAÍN, J. *Theories of Development: capitalism, colonialism and dependency*. Cambridge: Polity, 1989.

LENIN, V. I. *Kommunismus*. Journal of the Communist International For the Countries of South-Eastern Europe (in German), Vienna, n. 1-2 (February 1, 1920) to n. 18 (May 8, 1920). In: *Collected works*. Moscou: Progress, 1966. v. 31.

LENINE, V.I. *Esquerdismo: doença infantil do comunismo*. 1920. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1920/esquerdismo/>. Acesso em: 25 de jun. 2017.

_____. *Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado*. 1918. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/01/17.html>. Acesso em: 20 de maio 2017.

_____. *Acerca de algumas particularidades do desenvolvimento histórico do Marxismo*. 1910. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/lenin/1910/12/23.htm>. Acesso em: 7 de fev. 2017.

LOSURDO, D. *Guerra e revolução: o mundo um século após outubro de 1917*. São Paulo: Boitempo, 1917.

MARINI, R. M. *Sobre o socialismo*. 1992. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/073_sobre_socialismo.html. Acesso em: 30 de abr. 2017.

_____. Polónia: el socialismo como problema. *CIDAMO internacional*, México, n.4, p.61-64, jan. 1982.

_____. *La revolución latinoamericana y el socialismo como proceso histórico*. 1981. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/284_socialismo_proceso_historico.html. Acesso em: 14 de jun. 2017.

_____. Octubre: la revolución que Lenin deseó. *El Universal*, México, 9 de nov. 1977. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/177_lenin.html. Acesso em: 14 de jun. 2017.

MANTEGA, G. *Raízes e formação da economia política brasileira: a fase estagnacionista*. Tese (Doutoramento em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1982.

MARTINS, C. E. O pensamento de Ruy Mauro Marini e sua atualidade para as Ciências Sociais. In: ALMEIDA FILHO, N. (Org.). *Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini*. Brasília: Ipea, 2013.

_____. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. Superexploração do trabalho e economia política da dependência. In: MARTINS, C.E.; SOTELO, A. (Orgs.). *A América Latina e os desafios da globalização*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MARX, K. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. *O Congresso da Haia: relato feito na imprensa do discurso pronunciado na reunião de 8 de setembro de 1872 em Amsterdão*. 1872. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1872/09/08.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2017.

MATTOSO, F.M.; FRANKLIN, R. S. P. *A perspectiva de transformação social nos países latino-americanos: aproximações entre a concepção de revolução permanente e o pensamento de Marini*. Disponível em: <http://www.madres.org/documentos/doc20130123134814.pdf>. Acesso em: 14 de jul. 2017.

NOÉ, A. *Ruy Mauro Marini e A Dialética da Dependência*. Disponível em: http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&id=4440:ruy-mauro-marini-e-a-dialetica-da-dependencia. Acesso em: 14 de jun. 2017.

NOVACK, G. *A Lei do Desenvolvimento Desigual e Combinado da Sociedade*. 1968. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/novack/1968/lei/index.htm>. Acesso em: 23 de jun. 2017.

PAULA, P. G. de. *Duas teses sobre Marx e o desenvolvimento: considerações sobre a noção de desenvolvimento em Marx*. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências, em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento) – Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

PREOBRAJENSKY, E. *A nova econômica*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSTOW, W.W. *Etapas do Desenvolvimento Econômico: um manifesto não-comunista*. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1961.

SADER, E. (org.). *Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

SANTOS, T. dos. *Teoria da Dependência: balanço e perspectivas*. Florianópolis: Insular, 2015.

SERRA, E; COSTA, R; CASTELO, R. *Dependência e Revolução Socialista: a contribuição de Ruy Mauro Marini*. http://pcb.org.br/porta1/index.php?option=com_content&view=article&id=6709:dependencia-e-revolucao-socialista-a-contribuicao-de-ruy-mauro-marini&catid=61:cultura-revolucionaria. Acesso em 14 de jun. 2017.

TRASPADINI, R; STÉDILE, J. P. (Orgs.). *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

TROTSKY, L. *A revolução traída*. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2005.

VASCONCELOS, J. S. Controvérsias econômicas da transição soviética (1917-1929). *Verinotio*, Belo Horizonte, Ano IX, n. 18, out.2014.

VIEIRA, A.A. *Polop: Imperialismo e revolução - Uma reflexão do marxismo-leninismo enquanto práxis transformadora (1961-1980)*. 192 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

WALLERSTEIN, I. *O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.